

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Proponente: Luiz Roberto Alves

Professor-Pesquisador Sênior da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e
Membro do IEA, Cátedra Alfredo Básiica de Educação Básica

luizalvesl@usp.br

O que o GT Currículo tem a dizer sobre Educação para o Novo Governo?

“...as pessoas nunca estão terminadas...”
(Rosa, **Grande Sertão: Veredas**, 1970)

Premissa

O proponente sugere que a inteligência coletiva do GT Currículo da Anped enuncie a centralidade da linguagem na sociedade polarizada e banalizadora do discurso humano. Ato contínuo, que expresse a arte linguística curricular como a melhor mediação cultural entre os atos de educação e a participação cidadã. E mais: deixe claro que é impossível criar o “novo” por meio da língua burocrática, rotineira e canhestra. Na premissa, portanto, cabem alguns estudiosos, como Lévi-Strauss (1971:134), que afirma:

(...) el lenguaje es la más perfecta de todas las manifestaciones de orden cultural que forman, de alguna manera, sistemas, y si queremos comprender qué es lo que son el arte, la religión, el derecho y quizá inclusive la cocina o las reglas de la cortesía, habrá que concebirlos como códigos formados por la articulación de signos, conforme al modelo de la comunicación lingüística.

Ou, nas palavras de Roman Jakobson, a linguagem se localiza no centro de todos os sistemas semióticos humanos e é o mais importante deles.

Cabe razão também a Steiner (2003:281), para quem

no vendaval e na turbulência das transformações que estão ocorrendo, para evitar a ‘morte do homem’ (pensada por Nietzsche e Foucault) cabe, mais que nunca, trabalhar o que se cria e o que se reproduz, o que se inventa e o que se enrijece no seu centro nervoso, que é a linguagem.

O jagunço aposentado Riobaldo (Grande Sertão: Veredas) tem na palavra a arma única para mediar e dar curso a suas intensas memórias tidas e havidas, entre lutas, pactos e amores, no Sertão. E a usa intensamente para encantar ouvintes-leitores e se salvar do esquecimento e do possível pacto com o demônio. O discurso sertanejo não faz menos que Strauss, Steiner e Jakobson. Juntos já seriam um eixo curricular de grande força educativa.

Introdução

Depois de 2013 passamos a formar professores e professoras para uma escola obrigatória de 13 anos (Lei 12.796, 2013), isto é, as etapas da educação infantil, fundamental 1, fundamental 2 e média com modalidades e habilitações. A rigor, os 13 anos vigem transversalmente à formação dos sujeitos-educandos, que podem ter quatro anos de vida ou 60. A EJA é uma realidade-valor no país desigual e muitas vezes injusto para com parte de sua população. De seu lado, a reafirmação da *educação de nível médio* como projeto de país não marca passo na rota da chamada Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017); ao contrário, busca se opor, da nomenclatura à criação comunitária dos PPPs. Pensada a educação como ato político, o Ensino Médio, espera-se, sairá da consulta do MEC reconstruído. Essa integralidade não permitirá que a etapa seja induzida a treinar jovens para supostos empregos baratos. Destarte, professores, estudantes e profissionais de apoio precisam construir, nas várias etapas e níveis da educação brasileira, *currículos vitais*, ou eco-currículos, realizados nas escolas e além delas, de que decorre uma educação para questionar as relações de trabalho e de homem-natureza, situando-se, portanto, no fulcro dos dilemas vividos pela ação dos humanos no espaço da biosfera recém compreendido como Antropoceno. Em consequência, cabe que todo o processo de formação do magistério para a educação básica brasileira em nível superior se recrie, se questione sobre o uso de disciplinas já sigladas no rol de componentes curriculares para compor novos cursos, defina com clareza as abordagens inter, multi e transdisciplinares e ouse construir currículos em que o adulto-formando articule relações produtivas com os direitos sociais da criança e do adolescente, pois os confrontos de aprendizagem cultural dos educandos não obedecem ao *facilitário* de currículos universitários; podem ser o seu contrário, notadamente em espaços educativos de inclusão, no campo, na floresta, nas periferias urbanas e às margens dos rios. As culturas especializadas do mundo adulto e acadêmico não chegarão a entender as mediações culturais das juventudes fora de atos de amor.

Metodologia e Materiais

Este proponente trabalha com propostas de novas licenciaturas em ciências da natureza, ciências humanas e linguagens. Portanto, explorará proposições curriculares ainda inacabadas (felizmente). Na sequência, fará um trabalho analítico das propostas como um todo. A propósito dessa experiência em movimento cabe citar como apoio, entre textos político-pedagógicos, a orientação da CONAE 2010, documento final, também presente nos marcos de referência da proposta de licenciatura interdisciplinar em ciências:

A base comum nacional (LDB), definida no documento da Conae 2010, deve voltar-se para a garantia de uma concepção de formação pautada tanto pelo desenvolvimento de sólida formação teórica e interdisciplinar em educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos(as) e nas áreas específicas de conhecimento científico quanto pela unidade entre teoria e prática e pela centralidade do trabalho como princípio educativo na formação profissional, como também pelo entendimento de que a pesquisa se constitui em princípio cognitivo e formativo e, portanto, eixo nuclear dessa formação. Deve, ainda, considerar a vivência da gestão democrática, o compromisso social, político e ético com projeto emancipador e transformador das relações sociais e a vivência do trabalho coletivo e interdisciplinar, de forma problematizadora (p.8).

Recentemente, o proponente publicou (Alameda Editora, 2023, 394 p.) uma obra que tem por título: *construir currículos, formar pessoas e constituir comunidades educadoras*. O livro parte das 16 DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais (CNE, 1998-2015) – e tece experiências, teorias e vivências para a construção curricular, a gestão democrática e a dinâmica didático-pedagógica na escola brasileira conhecidas nos últimos 15 anos em diferentes situações e espaços. Portanto, os materiais com que trabalha o proponente partem da experiência vivida e pensada, aqui explorada e analisada.

Discussão/Resultados

É necessário constatar que neste país cindido profundamente, as escolhas curriculares se deparam, também, com a BNCC do ensino fundamental e a do ensino médio. A primeira com alguma participação social e setores do magistério, mas a segunda apressada, quase forçada por contingências políticas que se seguiram ao golpe parlamentar que tirou da presidência a Sra. Dilma Rousseff. Acresce-se que a BNCC 2017-2018 (Fundamental e Médio) foi transformada em referência legal para a formação de professores e professoras no país imenso e desigual; decorre, pois, que os dois documentos concorrentes, um de 2015 e outro de 2019 (ambos do CNE) desafiam, em suas significativas diferenças de projeto, as tomadas de decisões dos construtores de percursos formativos em todos os níveis e etapas. Numa leitura extensiva das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), quer da Educação Básica, quer dos Cursos Superiores, cabe considerar os lugares da sociedade que têm a ver, e muito, com o desenvolvimento concreto do currículo de estudos e experiências escolares: as etapas do desenvolvimento humano, o campo do trabalho, a vida associativa e os problemas concretos das classes sociais marginalizadas que exigem transformações; do mesmo modo, os lugares de pesquisa das diversas ciências, seus achados e o consequente compartilhamento de conhecimentos, a criação e a difusão artístico-estética, a atualidade da memória e da história, a diversidade étnico-social e as tecnologias informacionais/comunicacionais. Tudo o que já se chamou “conteúdo” ou “matéria”, mas também disciplina, hoje pensado como componente curricular, ou componente da ação educacional da escola, dialoga intensamente com todos esses “tempos-lugares” e se organiza numa *práxis*, pois apreende ideias e valores, organiza experiências integradas nas culturas local-regionais, explora fenômenos, penetra curiosamente no interior dos dados para explicá-los, produz comunicação entre os “lugares” ou “áreas” de saber e fazer. Por isso se afirma que, ao desenvolver um currículo a escola está criando um projeto de Brasil, sincrônica e diacronicamente, pois educar implica mudar e a pedagogia é o acompanhamento crítico das mudanças. Um currículo pode ser metáfora da prática educativa na comunidade, mas é metonímia da expansão da inteligência comunitária para analisar, pesquisar, discutir e compreender o país que se quer transformar para o incremento da cidadania. Destarte, entre perdas e danos se pode afirmar que tem havido mudanças na pedagogia brasileira. A presença de Paulo Freire, hoje quase (injustamente) esquecida, fez repensar os sujeitos da educação, a dialogia, os direitos a um pensamento autônomo e participativo, capaz de se realizar além das fronteiras disciplinares na prática de professores bem formados. De fato, cabe aqui lembrar a expressão que vem de *Pedagogia do Oprimido*, o inédito viável, que se organiza em situações-limite no contexto da história, entendida como possibilidade. O inédito também não é paradigma e sim expansão de um pensamento filosófico e pedagógico a serviço do que ainda não fizemos, mas que podemos fazer. A par das leituras freireanas, cabe expandir uma massa crítica permanente com a obrigação de sintagmatizar as diferentes faces do real, qualificar o saber crítico, trabalhar as intertextualidades e transversalidades nas diferentes instâncias da vida acadêmica, esperando-se o mesmo em todos os níveis da educação do país. Acima de tudo, ter clareza da complexidade e da grandeza do educar nos tempos do viver.

Conclusão

A *paideia* acionada pela riqueza cultural dos currículos precisa reconstruir a totalidade perdida na história da educação brasileira, seja para sondar no hoje a sociedade escravocrata e barbaramente antiecológica, seja para questionar a tecnologia do século XX (e especialmente as tecnociências do século XXI e seus conglomerados). Cabe crer, enfim, que sua inflexão de referência será o currículo, lugar da totalidade transversalizada em experiências do ensinar e do aprender, capaz de reconstrução

do pensamento pedagógico e do encaminhamento a novas práticas de formação docente-discente. Se dermos razão a Durmeval Mendes (1985), pensador político acossado pela ditadura civil-militar, o fruto maduro da abrangente leitura paidêutica conterà em seu discurso instituinte a filosofia, a política, as linguagens, a economia (realista e abrangente, científica), a ética, ou seja, um feixe de *linguagens* em chave temporalmente coetânea com a *vita ativa* a que se destina. Portanto, a ação curricular é, necessariamente, translacional, cuja dinâmica evidencia o seu caráter dialético. Dialética que nos envolve e compromete como educadores e educadoras.

Referências básicas

- BRASIL. CNE, Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Conselho Nacional de Educação, 2013.
- BRASIL. Lei 13.415. Brasília: Diário Oficial da União, 17 de fevereiro de 2017;
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, o Manuscrito. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, Ministério da Educação e Universidade Nove de Julho, 2013.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. São Paulo: Editora Cultrix, Editora da USP, 1969.
- MENDES, Durmeval Trigueiro. Existe uma filosofia da educação brasileira? Filosofia da Educação Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1985.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Arte, lenguaje, etnología**. Entrevistas con Georges Charbonnier. México, Argentina, España: Siglo Veintiuno Editores s.a., 1971.
- STEINER, George. **Gramáticas da Criação**. São Paulo: Globo, 2003.
- ALVES, Luiz Roberto. **Construir currículos, formar pessoas e constituir comunidades educadoras**. São Paulo: Alameda Editorial, 2023.